



FLORENZANO, Modesto. **As Revoluções Burguesas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

¹Bianca Lorrana Barros Nascimento

¹ Graduanda do 5º período do curso de licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: lorrnabianca08@gmail.com

Modesto Florenzano é graduado em História e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1973 e 1994) . É atualmente Professor Titular de História Moderna na mesma Universidade. Sua área de especialização é História Moderna e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: História do pensamento político e História das Revoluções no Ocidente entre os séculos XIV e XIX. É autor de várias obras, capítulos e artigos, a exemplo de “A Revolução Russa em perspectiva histórica e comparada, publicada pela Lua Nova (Impresso) , 2008; Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente, Lua Nova. Revista de Cultura e Política 2007; República (na segunda metade do século XVIII-história) e Republicanismo (na segunda metade do século XX -historiografia), Clio (Lisboa), 2006; Olhando para os dois lados do Canal da Mancha: polêmicas e revisionismo na historiografia da Revolução Inglesa. Projeto História (PUCSP) , 2005; O impacto da Revolução Francesa na Inglaterra na década de 1790: história (política) e historiografia. Pós-História , 2003; Tocqueville diante da Democracia e da Revolução. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1999 entre outras .

O professor especialista em História Contemporânea Modesto Florenzano, com o objetivo de analisar revoluções ocorridas na contemporaneidade, escreveu a obra “As Revoluções Burguesas”. Nela o autor apresenta as camadas sociais, como elas se relacionam entre si, aspectos da economia, da política e das ideologias de cada sociedade abordada, para que seja possível o entendimento do contexto de cada movimento, identificação de suas motivações, desdobramentos, e, por fim, as consequências significativas para as mesmas. O autor explica inicialmente que existiram várias revoluções na Europa contemporânea que podem ter seu caráter burguês discutido, mas para o bojo do debate que será realizado no decorrer das páginas da obra em pauta, ele selecionou a Revolução Francesa e a Revolução

FLORENZANO, Modesto. **As Revoluções Burguesas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

Inglesa, pela influência e ideias produzidas. Desse modo, o livro está dividido em 4 partes: Introdução, a Revolução Francesa (1789- 1799), A revolução Inglesa (1640 – 1660) e Conclusão.

A primeira Revolução trazida pelo autor ocorreu na França e aconteceu no final do século XVIII, conhecida como uma revolução burguesa, o que será discutido pelo autor, tendo em vista a participação do proletariado nesse processo. O professor de História explica que na sociedade francesa da época existiam distintas classes sociais: a nobreza, o clero, a aristocracia, a burguesia, os sans-culottes (proletariado urbano) e o campesinato. A classe burguesa muitas vezes referida como responsável pela revolução em 1789, não tinha interesse em transformar a sociedade radicalmente e sim de reformá-la. Vale destacar que os burgueses buscavam fazer parte da aristocracia, o que poderia ser alcançado através da compra de títulos ou através da relação conjugal com um aristocrata. Assim sendo, os burgueses apesar de terem poder aquisitivo, almejavam ter poderes políticos e o prestígio que a aristocracia possuía.

No que se refere às relações econômicas, Florenzano revela que a economia francesa era agrária e organizada em um modelo feudal, mantendo uma continuidade com a Idade Média. Nesse modelo de relação feudal, os detentores das terras cediam suas propriedades rurais aos trabalhadores, e esses por sua vez deveriam pagar impostos altíssimos para os proprietários. Dessa forma, a nobreza e a aristocracia enriqueciam às custas do trabalho de terceiros, e a classe burguesa, a partir da compra de terras, também passava a fazer parte desse sistema. Conclui-se, portanto, que a classe trabalhadora era extremamente explorada, o que causava grande insatisfação nestas pessoas.

Além do valor pago para utilizar a terra para o plantio, os trabalhadores também eram obrigados a pagar impostos exorbitantes, enquanto a nobreza, o clero e a aristocracia estavam isentos, o que alimentava um sentimento de revolta nas massas. Infelizmente, a revolta dessas pessoas não tinha um cunho ideológico de classe, o que dificultava uma organização política consistente. É fato que na época existia o movimento iluminista defendido por intelectuais, a qual criticava o absolutismo, contudo, essas ideias não chegavam às classes mais baixas.

O poder político centralizado nas mãos do rei, permitia que este abusasse dos seus poderes, superexplorando as camadas mais baixas, e restringia a liberdade do comércio internacional. Esse cenário se tornou insustentável quando a França passou por uma grande crise econômica, e foi sugerido que a nobreza e o clero passassem a pagar impostos. Esses,

por sua vez, se negaram a contribuir com a economia e optaram por explorar mais ainda a classe trabalhadora. É importante pontuar que a aristocracia era praticamente uma casta fechada no século XVIII, o que dificulta o alpinismo social almejado pelos burgueses. A burguesia perante esses entraves e, a partir do contato com os ideais iluministas, passou a almejar a queda do regime vigente.

Diante desse momento de crise econômica e política, os burgueses, as classes urbanas de pessoas pobres, os camponeses, e até mesmo pessoas pertencentes à nobreza pressionaram o rei Luís XVI, para que ele convocasse os Estados Gerais para uma assembleia. O terceiro estado, o qual era formado pelo proletariado, e, conseqüentemente, o maior em número, era o que tinha menor poder decisório, o que causava indignação. Para reverter esse quadro injusto, os trabalhadores passaram a reivindicar o voto individual, pois as decisões eram sempre tomadas pelas classes mais altas e favoráveis a elas. A reivindicação não foi atendida, mas não impediu que o terceiro estado se reunisse no palácio de Versalhes com aqueles que eram contrários ao poder absolutista do rei, para criar uma nova Constituição. Em 1789 foi aprovada pela Assembleia a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e em 1791 foi abolida a monarquia e instituída a república pela Convenção Nacional, que substituiu a Assembleia.

No capítulo subsequente, Modesto Florenzano realiza a análise de outro movimento revolucionário importante no mundo contemporâneo, que é a Revolução Inglesa, com o intuito de mais uma vez discutir a participação da burguesia nesses processos, através do estudo da economia, da sociedade, da política, da religião e de outros aspectos presentes na Inglaterra do século XVII, traçando alguns paralelos com a Revolução Francesa.

Primeiramente, nota-se que assim como na França, a Inglaterra possuía uma forma de governo absolutista, em que o poder estava centralizado nas mãos do rei e a nobreza também dispunha de privilégios, o que provocava descontentamento na burguesia e nas classes proletárias. Além dessa insatisfação, havia conflitos religiosos entre os ingleses, tendo em vista que a cristandade estava fragmentada e existiam três religiões nesse Estado: O catolicismo, o puritanismo e o anglicanismo. É importante destacar que o rei Henrique VIII da dinastia Tudor foi o responsável por criar a igreja anglicana, fragmentando a unidade cristã, centralizando o poder religioso no estado. Com o surgimento dessa nova Igreja, as instituições católicas tiveram suas propriedades tomadas pelo estado e vendidas aos burgueses e nobres.

Dessa forma, a burguesia, uma classe em ascensão, passou a comprar suas propriedades e a tornar-se dona de terras. Contudo, na Inglaterra o sistema econômico era

FLORENZANO, Modesto. **As Revoluções Burguesas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

capitalista, o que significa que a classe burguesa se apropriou das terras não com o intuito de reproduzir relações feudais de exploração, mas sim para produzir o seu próprio produto. É válido dizer que os burgueses ingleses eram, em sua maioria, puritanos, o que quer dizer que eles acreditavam que o trabalho era uma grande virtude para o homem.

Com o fim da Dinastia Tudor, se iniciou a Dinastia Stuart, que teve como primeiro monarca Jaime I (1603-1625), o qual buscou implantar uma política de aproximação com a Espanha e, criar uma base econômica independente a partir da imposição de altos impostos e da criação de monopólios. Essas crescentes taxas também serviam para custear a vida luxuosa da nobreza, o que resultou em um conflito entre os *gentry* e os burgueses. Como já foi mencionado, ideologias políticas e religiosas influenciaram as classes a se rebelarem contra a monarquia.

Desse modo, quando Carlos I (1625-1649), o filho do monarca Jaime I, assumiu o poder, já estavam instauradas ideologias e a insatisfação popular, o que dificultou a implantação de qualquer programa absolutista. Mesmo assim o monarca não recuou e continuou adotando medidas abusivas, como a imposição de empréstimos forçados. O Parlamento, em reação às medidas do rei, aprovou a Petição de Direitos com o objetivo de frear as taxações absurdas e as ações ilícitas, todavia, não obteve sucesso, e sim teve um efeito contrário, pois o rei dissolveu o Parlamento e passou a governar com o apoio da Câmara Estrelada, um tribunal ligado ao conselho privativo do monarca,

A posição adotada por Carlos I, alimentou a revolta na Inglaterra e motivou os revoltados, que pertenciam a diferentes camadas sociais, a se mobilizarem para destituir o rei. O conflito entre parlamentares e o monarca fez com que a Inglaterra se tornasse palco de grandes tensões políticas: Guerra Civil (1642-1648), motivada pela perseguição do rei aos seus opositores, a Proclamação da República em 1649, período em que o país foi controlado pelo chefe militar Oliver Cromwell, e a articulação do retorno da dinastia Stuart (1660-1688). O absolutismo só pereceu finalmente em 1688, tendo sido substituído pela monarquia parlamentar.

A leitura da obra “As Revoluções Burguesas” remete o leitor para o cenário das discussões travadas por Florenzano, permitindo uma importante análise sobre a participação da classe burguesa, no período de grande efervescência política tanto na França quanto na Inglaterra. Nesse sentido o autor explora muitos detalhes que revela a presença e participação de sujeitos e classes marginalizados no processo revolucionário de seus países, que eram ofuscadas pelos “grandes intelectuais”, o que torna possível compreender que a

burguesia atuou ativamente para a queda do absolutismo, porém, o proletariado forneceu fortes bases para a queda do regime, demonstrando que as revoluções burguesas não deveriam ser consideradas o movimento protagonizado por uma classe em ascensão e sim, um ato revolucionário protagonizado por classes sociais insatisfeitas com a política estatal.

Dessa forma concludo afirmando que apesar de um texto curto, a obra apresenta grande potencial para o entendimento das da revoluções burguesas dos século XVIII, apresenta um debate novo a respeito do potencial dos movimentos organizados em torno da classe burguesa, a exemplo da utilização das revoluções do período para mostrar a conjuntura social de dois grandes países da europa do período- Franca e Inglaterra- sendo uma ótima referência de leitura para estudante das ciências sociais e humanas e para todos que se interessam por história contemporânea.